



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

### Requerimento de Informação n° 407/2024

Processo Número: **30533/2024** | Data do Protocolo: 05/12/2024 16:34:55



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 3100370038003500390032003A004300, Documento assinado digitalmente  
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nos termos do artigo 20, inciso XVI, da Constituição do Estado, combinado com o artigo 166 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, requeiro que se oficie ao Secretário de Estado de Justiça e Cidadania, para que informe o seguinte sobre procedimentos do IMESC – Instituto de Medicina Social e de Criminologia para a obtenção de laudos periciais de Pessoas com Deficiência para fins de obtenção de isenção do IPVA na aquisição de veículos em São Paulo:

1- O contribuinte que realizar perícia com homologado do IMESC e não concordar com o resultado deve adotar qual procedimento?

2- Se o contribuinte realizou uma perícia (e o resultado foi grau leve de deficiência) e em segunda avaliação foi considerado como grau moderado, qual terá validade para a análise do pedido de isenção?

3- Qual é o prazo de resposta do IMESC para os casos em que os contribuintes enviaram questionamentos via SIPET e atualmente consta como aguardando análise do órgão? Quantos pedidos já foram avaliados através desses questionamentos? Quantas pedidos/recursos foram deferidos? Quantos foram indeferidos?

4- Quantas perícias foram realizadas pelo IMESC desde o início da obrigatoriedade desse processo, ou seja, desde a divulgação do Decreto 66.470? Quais os resultados dessas perícias? Quantas consideradas de grau leve, moderado ou grave?

5- Quantas perícias foram realizadas de forma virtual?

6- Há controle de quantas clínicas possuem disponibilidade de agendamento diariamente? Nos últimos 30 (trinta) dias qual foi o mapa de disponibilidades do sistema?

7- As perícias estão sendo realizadas por médicos especialistas? Quantos homologados estão habilitados para atender o pedido de pessoas com TEA?

8- Qual o valor utilizado para custear as perícias realizadas em 2023? E neste ano - até o mês de novembro de 2024? Qual o valor previsto para custear as perícias agendadas para o mês de dezembro?

9- Qual será o orçamento destinado para custear as perícias IPVA/PcD no ano de 2025?

10- Quantos pedidos de isenção de IPVA foram ajuizados no Poder Judiciário até o momento - em que o Governo Estadual foi acionado pelos contribuintes?

11- Quantos homologados estão com o contrato vigente com o IMESC? Quantos já venceram e não





foram renovados? Quantas clínicas não tiveram interesse em renovar o contrato com o IMESC para permanecer realizando as perícias para a concessão do IPVA?

12- Quantas auditorias foram realizadas até o momento nas clínicas homologadas? Qual a avaliação do órgão sobre as auditorias?

13- Desde o seu credenciamento, quantas perícias foram realizadas pela Clínica X, localizada em Taboão da Serra? A empresa permanece homologada pelo IMESC?

14- Houve alguma divulgação oficial dos órgãos estaduais sobre a validade dos laudos emitidos pelo IMESC para quem busca a concessão da isenção do IPVA? Podem compartilhar os links?

15- A Ouvidoria do IMESC/Secretaria da Justiça e Cidadania recebeu quantas demandas sobre os pedidos de isenção do IPVA PcD?

16- Quantos pedidos de isenção de IPVA PcD foram concedidos em 2024? Quantos foram indeferidos?

#### **JUSTIFICATIVA**

As pessoas com deficiência que buscam a isenção do IPVA na aquisição de veículos em São Paulo permanecem enfrentando problemas com as regras criadas pelo Governo Estadual, desde a edição do Decreto 66.470 que determina a obrigatoriedade de perícias médicas com homologados pelo IMESC – Instituto de Medicina Social e de Criminologia, vinculado a Secretaria de Justiça e Cidadania.

A falta de informações nos sítios oficiais e as dificuldades narradas por Associados da ANAPcD- Associação Nacional de Apoio às Pessoas com Deficiência traz preocupação para esse parlamentar, que busca garantir os direitos desse segmento.

Diante disto, apresentamos os questionamentos acima.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

**Carlos Giannazi**



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3200310035003400350030003A005000

Assinado eletronicamente por **Carlos Giannazi** em 05/12/2024 15:41

Checksum: **BC9183EEB4EBD99D1DEFA004F170DC584D6EA631F4137AAA5D8320952E5C4D49**



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 3200310035003400350030003A005000, Documento assinado digitalmente  
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.